

## **Ata da Terceira Reunião Ordinária do Comitê da bacia Hidrográfica do Tietê Batalha, de 15 de setembro de 1997, resumo publicado no DOE em 04 de outubro de 1997.**

### Comunicados

Aos quinze dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e sete, na sede da Unidade de Serviços e Obras de Novo Horizonte, sito à Avenida Guido Della Togna, 620 em Novo Horizonte, deu-se início, às 9:00 horas, a Terceira Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê Batalha, com a presença, com direito a voto, de 12 membros representando, o segmento dos Municípios, 07 membros representando o segmento do Estado, 08 membros representando o segmento da Sociedade Civil e de mais 20 pessoas de vários segmentos sem direito a voto. A mesa foi, composta com as seguintes personalidades, Valdir, Cossari, presidente do Comitê, Nariaqui Cavaguti Vice Presidente do Comitê; Eng.º Lupércio Ziroldo Antonio, Secretário Executivo; Same Çalil Nicolau Eid, prefeito de Novo Horizonte e José Ezequiel Santana, responsável pela Unidade de Serviços e Obras de Novo Horizonte. O presidente, Cossari, abrindo a reunião, saúda os presentes e põe em votação a ata da última reunião; que teve cópia previamente distribuída e cujo conteúdo aprovado por unanimidade; em seguida, passa a palavra ao Secretário Executivo. Eng.º Lupércio, que assumindo a condução dos trabalhos, transforma sobre a reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, acontecida em 25.08.97, colocando primeiramente sobre a Minuta de Arte-Prejeto de Lei sobre cobrança de Águas (distribuída a todos os presentes), fazendo breve explanação sobre o projeto, sugerindo o encaminhamento de emendas ou sugestões até o final de setembro à Secretaria Executiva, e ressaltando que a cobrança quando implantada será definida pelo comitê; fala sobre a deliberação do CBRHI de que o mandato do presidente será findo nos anos ímpares, portanto, o comitê Tietê Batalha está com a situação legalmente definida, sendo o novo presidente somente escolhido em março de 1999; fala que em reunião posterior, conforme decisão do CBH, haverá a necessidade da criação da Câmara Técnica de Saneamento, para atender o CONESAN que utilizará das estruturas dos Comitês para os seus trabalhos. Terminado o relato sobre a Reunião do CRH, o Secretário Executivo passa a seguir a tratar da deliberação sobre a distribuição de recursos disponíveis no âmbito do Comitê, com relação as solicitações apresentadas, já analisadas, pontuadas e hierarquizadas pela Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação, conforme a sua competência. Cita que existem disponíveis R\$1.334.020,00, dos quais, até a quantia de R\$ 533.608,00, equivalente a 40% do total, poderão ser aplicados a fundo perdido o R\$ 800.412,00 a título de empréstimo, enquanto o valor total das propostas apresentadas alcança o valor de R\$ 1.800.000,00, não sendo possível, portanto, atender a todos. Convida o professor Nariaqui, Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação, à expor como aconteceram os trabalhos de análise dos projetos pela Câmara Técnica. Tomando a palavra,

o prof. Nariaqui, na qualidade de coordenador da Câmara Técnica, informa que a primeira reunião foi realizada dia 11.08.97, na cidade de Novo Horizonte, local considerado neutro. Não sendo possível o seu término, no mesmo dia, foi marcada uma segunda Reunião para o dia 18.08.97, no município de Uru, informou também que as próximas reuniões da Câmara Técnica, serão itinerantes, uma em cada município, conforme a necessidade. A metodologia utilizada usada para a análise dos projetos foi a seguinte: decidir critérios de priorização dos projetos, sem citar a origem, utilizando a deliberação CBT-TB 01-97, já aprovada pelo plenário, que cita diretrizes gerais de prioridades, nisso baseado, considerou três níveis de prioridades: prioridade nível 1: Ter caráter regional a estar conforme as proposições com o Plano Estadual de Recursos Hídricos e Planos do Comitê; prioridade nível 2: Eminentemente de caráter local e conforme o Plano Estadual de Recursos Hídricos o do Comitê; prioridade nível 3: Não estar priorizada conforme plano Estadual de Recursos Hídricos e Comitê.

Outra metodologia foi o sistema de pontuação, que também estava definido, conforme Deliberação 02.97, já aprovada pelo plenário. Diante dos critérios definidos, a Câmara Técnica foi dividida em grupo de 2 ou 3 pessoas e cada equipe recebeu para analisar 3 ou 4 projetos, sendo vetado a qualquer membro das equipes a análise de projetos em que tivesse qualquer interesse ou a ele tivesse qualquer ligação. Também distribuiu-se os projetos conforme a especialização dos membros da equipe; diante da análise dos projetos, a Câmara Técnica julgou necessário a complementação de dados em alguns projetos, o que foi solicitado aos interessados, sem no entanto mudar a estrutura dos projetos. Finalmente, após relato das equipes, a Câmara Técnica votou, pontuou e priorizou os projetos, sendo que todas as decisões foram por unanimidade. Prof. Nariaqui, ressaltou que considera importante a participação, a boa vontade, a transparência e a dignidade, diante a imparcialidade dos seus membros e propõe um voto de louvor aos membros da Câmara Técnica, proposta aprovada por unanimidade pelo plenário e que fica aqui lavrado. Retomando a palavra, Eng<sup>o</sup> Lupercio solicita que se distribua ao plenário quadro demonstrativo da proposta da Câmara Técnica do qual faz breve elucidação, destacando o item tocante a receita municipal "per capita", que conforme estabelecido pelo COFEHIDRO, aqueles municípios que estiverem acima da média, só poderão usufruir de recursos a fundo perdido caso não haja retorno financeiro do empreendimento e que os municípios solicitantes nessa situação são os de Sales, Uru, Mendonça e Adolfo. Informa, também, que a proposta da Prefeitura Municipal de Pirajuí, de compra de uma retro escavadeira, foi desclassificada pela Câmara Técnica por se tratar de aquisição de equipamento. Lembra ainda as prefeituras sobre a capacidade de financiamento, diante de outras solicitações já existentes. O prefeito Municipal, de Adolfo, João Donizete Theodoro questiona a validade do veto, a recursos do fundo perdido e receita per capita acima da média, Passou-se, então, a palavra aos solicitados de recursos, para que expusessem os seus projetos; e fossem questionados pelo plenário. Iniciando falou João Luiz Veronesi, Vice prefeito, engenheiro da casa da Agricultura, sobre o projeto de Uru que é um Centro de Tratamento de Lixo Urbano. A seguir, Paulo, Pecci, representando a Prefeitura Municipal, de Cafelândia sobre pedido perfuração de poço profundo. Luiz Antonio Sanches Murakami, representante da APRUMICS sobre contenção de Voçoroca no município de Cafelândia. Jacira Ap. do Prado Quessada,

representante da P.M. de Novo Horizonte sobre pedido de Construção de ponte de concreto. Antonio Edson Vido, representante da ACIFLORA sobre pedido para ampliação de viveiro de mudas. Nelson Gimenes Ribeiro, representante do município de Adolfo Ampliação de Centro de lazer do Trabalhador (Prainha). Rosely C.G. Gemarcki representante da P.M. de Nova Aliança sobre pedido para construção de lagoa de tratamento de esgoto. Valdir Cossari, prefeito municipal de Itajobi sobre pedido para canalização de córrego. Silvio de Freitas, representante da P.M. de Potirendaba sobre pedido para construção de Lagoa de tratamento de esgoto (desistiu de perfuração de Poço). João Buzzol, prefeitura municipal de Mendonça sobre período para implantação de viveiro de mudas. Roberto Gradella Ferreira Pinto, representante da P.M. de Promissão sobre pedido para Construção de emissário de esgoto. Ribamar de Souza Batista, prefeitura municipal de Borborema sobre obras de Canalização de córrego. José Roberto P. Ravagnani, prefeito municipal de Urupês, sobre construção de lagoa de tratamento de esgoto. David Geraldo Pompei, representante do Fórum Pró Batalha sobre pedido para Implantação, recuperação conservação da mata ciliar do Rio Batalha. Viltevar Verati, representante do S.O.S. Rio Dourado sobre pedido para realização de Diagnóstico da Bacia Tietê Batalha. Não tiveram representantes a P.M, de Seles, PM de Pirajuí e o I.P.T. que conforme decisão do plenário ficaram desclassificados. Retomando a palavra, o secretario executivo Eng<sup>o</sup> Lupércio Zirolto Antonio, propôs ao plenário alternativas para votação a aprovação dos recursos aos interessados. Durante o debate, o Prefeito Municipal de Mendonça, João Buzzo, indagou sobre as condições do financiamento Lupercio respondeu que havia sido encaminhado, via Correio, uma cópia a todos os membros do comitê, inclusive aos prefeitos do Manual de Procedimentos do FEHIDRO. Esclareceu também os trâmites dos projetos após aprovação pelo Comitê. Eng<sup>o</sup> Lupércio lembrou que o comitê não possui, ainda, um diagnóstico, sendo portanto, difícil, elaborar prioridades, o que também não foi feito pelo plenário, razão pelo qual a dificuldade em discutir a liberação de recursos a fundo perdido. O prefeito de Urupês José Roberto P. Ravagnani lembrou que além dos ONGs, também as prefeituras, sem condições de endividamento, não podem se beneficiar de recursos por empréstimo. O secretário executivo, Lupércio, após as discussões, ponderações e propostas do plenário, apresenta as três propostas plausíveis para destinar os recursos a fundo perdido, para a votação: 1.- Proposta da Câmara Técnica: Considerar o trabalho da câmara técnica, obedecendo as prioridades o pontuação apresentadas, sem quaisquer alterações. 2.- Proposta do Eng<sup>o</sup> Lupércio: Considerando o Trabalho da Câmara Técnica, que estabeleceu quatro prioridades: Tratamento de lixo, voçoroca, lagoa de tratamento e viveiro de mudas, o plenário do comitê estabeleceria a ordem de prioridade (1,2,3,4) e 3.- Proposta do Prefeito Municipal de Itajobi Waldir Cossari: Dentre as 10 solicitações afundo perdido, priorizara-se uma, em cada modalidade, das 4 consideradas prioritárias pela Câmara Técnica. Antes da votação, conferiu-se o número de votantes no plenário: Municípios: 11, sociedade civil : 08 e Estado: 07, perfazendo um total de 26 votos. Foi colocada a proposta ri. 01 em votação e obteve 17 votos, sendo portanto, dispensada a votação às outras, uma vez que esta proposta já obteve maioria, sendo então considerada aprovada. Tal como decidido pelo plenário, respeitou-se o trabalho da Câmara Técnica para destinar os recursos a fundo perdido, ficando então os

recursos assim distribuídos: Recursos do FEHIDRO à fundo perdido: P.M. de Uru com R\$ 45.000,00 para a construção de usina de tratamento de lixo, APRUMICS com R\$ 78.435,00 para a contenção de voçoroca no município de Cafelândia, ACIFLORA com R\$ 36.740,13 para a ampliação de viveiro de mudas, P.M.- até Nova Aliança com R\$ 74.600,00 para a construção de lagoa de tratamento, P.M. de Potirendaba com R\$ 150.000,00 para construção de lagoa de tratamento, Fórum Pró Batalha R\$ 68.920,00 para a recomposição e conservação de mata ciliar, S.O.S. Rio Dourado com 67.500,00 para a elaboração de Diagnóstico da Bacia a P.M. de Nova Horizonte R\$ 12.400,00 para a construção de ponte de concreto perfazendo a quantia de R\$ 533.590,00, por empréstimo recursos financiados : P.M. de Adolfo com R\$ 314.500,00 para a ampliação e melhoria de centro de lazer, P.M. de Borborema com R\$ 194.798,40 para a canalização de carregó, P. M. de Promissão com R\$ 151.800,00 para a construção de emissário para esgoto sanitário, P.M. da Cafelândia com R\$ 35.000,00 para perfuração de poço artesiano e P.M. de Mendonça com R\$ 79.200,00 para implantação de viveiro de mudas, perfazendo a quantia de R\$ 775.298,40, totalizando um total geral de R\$ 1.308.893,53. Eng.º Lupércio salientou que os trabalhos e obras, para que ora se destinam os recursos, serão cobrados e fiscalizados pelo Comitê deste o início até seu término além do envolvimento dos agentes técnicos o que o sistema de pontuação e os critérios da Câmara Técnica deverão ser reavaliados e talvez alterados para o aprimoramento de suas decisões. Com a palavra, o Prof. Nariaqui apresentou ainda proposta da Câmara Técnica para apreciação do plenário “Nenhuma nova solicitação por parte de um tomador poderá ser, encaminhada ao Comitê antes da aprovação da prestação de contas e da aprovação da obra projeto, ou serviço pelo “Comitê da Bacia Hidrográfica” na qual o mesmo foi beneficiado este ano, proposta aprovada por unanimidade. O prefeito municipal de Urupês, José Roberto P. Ravagnani, solicita que os projetos apresentados sejam devolvidos à sua origem para o conhecimento da avaliação pela Câmara Técnica e também que os critérios de prioridade e pontuação sejam revistos. Com a palavra, o presidente do Comitê, Valdir Cossari agradeceu encerrou a reunião. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que será publicada no D.O. e que vai por mim, Secretário Executivo, assinada.